

Representações sociais da velhice

Fernanda Daniel* / Anna Antunes** / Inês Amaral***

* CEISUC, Universidade de Coimbra / Instituto Superior Miguel Torga; ** Instituto Superior Miguel Torga; *** Universidade Autónoma de Lisboa / Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / Instituto Superior Miguel Torga

O estudo analisa as representações da velhice a partir de uma amostra de pessoas idosas e de cuidadores/as formais. Os instrumentos utilizados na recolha dos dados foram o Inquérito por Questionário e o Teste de Associação Livre de Palavras. A hipótese de trabalho que formulámos é a de que a representação da velhice, sendo uma construção social, traduz uma conceptualização negativa induzida pela consciência coletiva da sociedade marcadamente caracterizada por uma ideia negativa da velhice enquanto figuração do fim da vida ativa.

Em concordância com a nossa hipótese de trabalho, os resultados revelam a prevalência de estereotipia *idadista* associando-se a velhice, em ambos os grupos investigados, a atributos de cariz negativo nomeadamente solidão, doença e dependência. As representações aferidas não serão alheias ao modelo societário que é *maléfico para a velhice*, onde se *rejeita o que é velho* (Bosi, 1983). É, contudo, nossa convicção que as melhorias verificadas na qualidade de vida, a par da nova narrativa discursiva do envelhecimento (produtivo, saudável, bem-sucedido, positivo e ativo), poderão vir a metamorfosear o campo representacional da “velhice” aligeirando a sua carga negativa.

Palavras-chave: Socialização, Representações sociais, Velhice, Idadismo.

Introdução

As representações sociais decorrem do processo de socialização e estão diretamente associadas à identidade coletiva. Os factos sociais correspondem a modos de agir e a representações que são exteriores ao indivíduo. No pensamento de Durkheim (1964), a sociedade e a consciência coletiva são entidades morais. Logo, o que as pessoas sentem, pensam ou fazem é independente da sua vontade individual e traduz um comportamento estabelecido pela sociedade. Nesta leitura, os factos sociais exercem um poder coercitivo. É algo que existe e que permanece para além do indivíduo. Neste sentido, a construção de representações simbólicas partilhadas pelos membros dos sistemas sociais habitam um universo de sociabilização específico.

Sobre o tempo que vivemos, vários registos nos dão conta que estes são marcados por grandes transformações que interferem tanto nos nossos modos de vida como na forma como nos representamos e representamos os outros. Vários teóricos que refletem estas transformações societárias denominam o período que vivemos de “modernidade reflexiva” (Beck, Giddens, & Lash, 1997), “pós-modernidade” (Hall, 1998), “modernidade tardia” (Chouliaraki & Fairclough, 1999; Giddens, 1997) ou “modernidade líquida” (Bauman, 2000). Com esta panóplia, pretende-se equacionar um novo período onde ressalta a incerteza, a fluidez, o individualismo e a precaridade. Apesar da

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Fernanda Daniel, Instituto Superior Miguel Torga, Largo da Cruz de Celas, 1, 3000-132 Coimbra. E-mail: fernanda-daniel@ismt.pt

heterogeneidade das nomenclaturas utilizadas na caracterização do atual momento sócio-histórico, é consensual aceitar que a linearidade *etapista* associada ao ciclo de vida já não reflete as mudanças rumo à individualização e pluralização que atualmente se verificam (Aboim, 2010). Será que as características deste novo período se refletem nas representações sociais da velhice?

Idade como critério e representação social

A evidência científica tem destacado a enorme heterogeneidade inter-individual que distingue as pessoas à medida que envelhecem. Novos vocábulos ou expressões eufemísticas são utilizadas para designar as pessoas que chegam às idades avançadas. Apesar da utilização de um vocábulo ou expressão para denominar um grupo pressupor sempre um processo de homogeneização, a literatura não utiliza comumente terminologias pluralizadas para dar conta da heterogeneidade das velhices. “Terceira idade”, “idade madura” e “velhice” são formas empregues. Importa, contudo, referir que o aparente paralelismo semântico dos termos não significa uma utilização igualitária ao nível discursivo. O vocábulo “velhice” e a expressão “terceira idade” são disso exemplo, segundo Annamaria Palacios (2004). O título que esta investigadora deu a uma das suas comunicações é paradigmático: “Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade contemporânea”.

A velhice além de categoria social é, segundo Minois, “um termo que quase sempre nos causa calafrios, uma palavra carregada de inquietude, de fraqueza e por vezes de angústia” (1999, p. 11). Por outro lado “[a]inda que aponte para a etapa final da vida, a nomenclatura terceira idade faz desaparecer a alusão direta a vocábulos tão semanticamente marcados, como velhice, senilidade e envelhecimento” (Palacios, 2004, p. 4).

É consabido que o significado social dos grupos sociais depende do palco sócio-histórico em que vivemos. Se recuarmos uns séculos, podemos verificar que “[o]s velhos eram poucos e, por isso, valorizados por seus semelhantes mais jovens; para chegar a uma idade avançada era necessário possuir certo status ou poder que permitisse uma alimentação e forma de vida sem as carências e trabalhos exaustivos da maioria da população” (Moragas, 2003, p. 5). Ainda segundo Moragas, ter idade avançada simbolizava pertença a uma elite. “Envelheciam os sacerdotes, os reis, os nobres e privilegiados que desfrutavam de poder sobre a maioria e que não tinham que se preocupar em obter seu sustento básico; controlavam os recursos materiais e espirituais nas sociedades históricas” (Moragas, 2003, p. 5). Na contemporaneidade, a idade tem sido o marcador utilizado para a passagem para a categoria social denominada de “velhice” que “[f]icou institucionalmente fechada nas fronteiras de um limiar de idade fixo, cujo acesso é reforçado pela detenção de uma pensão de reforma” (Fernandes, 2001, pp. 43-44). Contudo a utilização da idade cronológica, como critério para a constituição de grupos socialmente reconhecidos, é contestada na literatura há quase um século, na pena do sociólogo francês Maurice Halbwachs, ao afirmar que o uso da idade não é, em última instância, um dado natural, mesmo quando utilizado para medir a evolução biológica dos indivíduos. A literatura reporta em múltiplas redações que é em resultado de práticas sociais, sobretudo por necessidades organizativas, que os agrupamentos etários, constituídos a partir da variável idade, podem ser considerados “noções sociais” (Halbwachs, 1935; Lenoir, 1998).

É com a entrada na reforma que o indivíduo adquire “as propriedades que são socialmente imputadas à velhice. Perde o estatuto social atribuído a partir do trabalho profissional – a reforma é também uma forma de exclusão social – e adquire o estatuto desvalorizado de ‘reformado”

(Fernandes, 2001, p. 44) e mimeticamente entra na categoria dos “velhos/idosos” já que usufrui uma pensão de velhice. Segundo o portal português da Segurança Social, a pensão de velhice é definida como “um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social, na situação de velhice, substituindo as remunerações de trabalho”. No mesmo site informa-se que tem direito à pensão de velhice o beneficiário que tenha completado 65 anos de idade em 2013 e 66 anos em 2014 e 2015. A idade é um marcador ideal, para quem pretende classificar, apresentando concomitantemente garantia, estabelecida a classificação, de neutralidade e de igualdade. É também “flexível como ilustra o novo limite, de 66 anos, estabelecido na Portaria 378-G/2013 de 31 de dezembro”. Segundo Marc Bessin, na senda de Percheron, o critério da idade, enquanto número, parece ser neutro e objetivo já que é aplicável a todos e aceite por todos, “[n]ão discutimos esta variável, não podemos mudá-la. Neste sentido, porque a idade cronológica põe o conjunto de indivíduos iguais uns aos outros perante as várias instituições que operam de acordo com este critério, a utilização deste método encontra-se naturalmente justificada” (1994, p. 8). No entanto, como bem demonstrou Halbwachs (1935), um sistema de classificação baseado na idade é reversível através de manipulação social: utilizam-se diferentes valores da escala de medida, refletindo tão só a composição das populações e os enredos que decorrem nos palcos histórico-geográficos. O “jogo” de manipulação, com base na “idade” cronológica, implica, intrinsecamente, uma redefinição das capacidades e do poder social atribuídos aos diferentes momentos do *curso de vida*. “Nesta classificação identitária, a velhice é, na verdade, desnaturalizada como realidade biológica intratável, para se tornar, simultaneamente, o meio e o fim de uma construção social”, afirma Daniel (2006, p. 115).

Uma questão teoricamente importante consiste em analisar as idades a que correspondem os grupos que, no início do século XXI, são considerados “velhos/idosos”, ao nível da “linguagem demográfica”. Se analisarmos o último agrupamento de idades – o designado eufemisticamente como sendo o dos “idosos”, verificamos que este é constituído pelas pessoas com 65 e mais anos de idade. Idade até há pouco tempo coincidente com a idade normal de acesso à pensão de velhice. No entanto, se recuarmos 100 anos até ao V Censo de 1 de dezembro de 1911, verificamos a existência de três grandes agrupamentos, sendo que o último era composto pelas pessoas de mais de 60 anos. No Censo de 1911, o agrupamento constituído pelos “menores de 15 anos” era denominado como o das crianças. O agrupamento constituído pelos indivíduos dos 15 aos 60 anos denominava-se de “elemento produtivo”. Por fim, o último agrupamento era denominado como os de mais de 60 anos. A rotulagem de idosos/velhos não figurava no censo. Nas palavras de Ana Alexandra Fernandes, e na senda de Anne-Marie Guillemard, no início do século XX a velhice permanece invisível “sem forma definida, com contornos contrastados, característica de uma sociedade em que a condição de velho era função do património familiar (...). (1997, p. 23)”. Ainda segundo Fernandes, esta velhice era invisível porque a solidariedade para com estes “idosos é praticamente uma solidariedade familiar, privada, remetida para o interior do espaço doméstico. Na ausência desta, a velhice desprotegida era atirada para o espaço público, identificada com a mendicância e recebia então algum consolo das instituições de caridade” (1997, p. 23). Muitas transformações ocorreram na nossa sociedade desde esse período e novas transformações são perspectivadas.

Nos nossos dias, a idade de reforma coincidia, até à entrada em vigor da Portaria 378-G/2013 de 31 de dezembro, com a idade de entrada para o “grupo” dos “velhos/idosos”. Verificamos contudo na agenda política de vários países o tópico do alongamento dos períodos contributivos, com consequências nas idades de reforma, em debate. O elixir da juventude parece estar a ser fornecido, em Portugal, por uma mão “titereira” comandada por uma Troika. Como consequência desta manipulação alongam-se os períodos contributivos e tornando-nos mais velhos cada vez mais tarde (Daniel, 2011).

É consensual afirmar a existência de discriminação etária. O termo *idadismo*, que aglutina a palavra “idade” com o sufixo “ismo”, é utilizado para dar conta desse fenômeno. Importa aqui referir que o termo *idadismo* hifenizado surge num artigo científico na pena de Robert Butler, em 1969. No seu artigo “*Age-Ism: another form of bigotry*” Robert Butler define *age discrimination* or *age-ism* como “o preconceito por um grupo etário em relação a outras faixas etárias” (1969, p. 243). Nesse artigo, Butler foca as reações negativas de uma comunidade relativamente à construção de apartamentos para pessoas idosas na sua área geográfica. O autor caracteriza esse tipo de preconceito como uma outra forma de fanatismo, semelhante ao racismo e sexismo. Nos artigos subsequentes, Butler assume a paternidade do termo e escreve-o de forma não-hifenizada.

O termo *ageism*, *idadismo* em português, refere-se tanto à discriminação etária que os jovens como os mais velhos podem ser objeto. Quantas vezes ouviram jovens a verbalizar que são atendidos de forma diferente dos seus congêneres de idades mais avançadas nos locais de comércio? Quantas vezes presenciaram atitudes de incompreensão relativas a congêneres com gestos lentificados em filas do comércio? Por esse motivo, Ribeiro e Sousa (2008) optaram por utilizar o termo *velhismo* para especificar a discriminação em relação aos mais velhos enquanto outros autores utilizam, em português, o termo gerontismo.

De acordo com Lima, “o *ageism* tem uma componente afetiva (sentimentos face à pessoa idosa), uma componente cognitiva (pensamentos, crenças e estereótipos face à pessoa idosa) e uma componente comportamental (atitudes para com a pessoa idosa)” (2010, p. 23). Segundo a autora, as atitudes negativas relativamente ao envelhecimento têm uma proeminência nas sociedades contemporâneas. Esta relevância reflete-se na qualidade de vida das pessoas, “a discriminação afeta económica, social e psicologicamente o bem-estar das pessoas idosas, excluindo-as e denegrindo-as” (Lima, 2010, p. 25).

Nas sociedades contemporâneas, a idade cronológica serve de marcador para dividir o ciclo de vida das pessoas em três tempos. O primeiro relaciona-se com a preparação para o trabalho, o segundo tempo com a atividade profissional e, por último, o terceiro relaciona-se com a reforma. A atividade profissional na contemporaneidade continua a ser um referencial que influi decisivamente tanto na construção de identidades, como nas formas de sociabilidade. Se revisitarmos teóricos que refletem a contemporaneidade, verificamos que existe consenso sobre as implicações na vida e no agir dos sujeitos em consequência das transformações socioeconómicas e tecnológicas que atualmente experienciamos. Tais transformações, segundo Maria Coutinho, Edite Krawulski e Dulce Soares, “ao produzirem um contexto marcado por características como transitoriedade, efemeridade, descontinuidade e caos, atingem algumas categorias teóricas-chave na área das ciências humanas e sociais, dentre as quais identidade e trabalho” (2007, p. 29). Apesar de perpassarem pelo debate sobre a questão teórica da identidade diferentes concepções ora acentuando o sujeito em transformação, mantendo contudo uma unidade identitária, ora acentuando a fragmentação na trajetória identitária a partir do posicionamento ocupado pelo sujeito, acreditamos que os atuais reformados aos quais o Estado e as Empresas garantiram um emprego para a vida forjaram identidades, a par das suas sociabilidades a partir do trabalho. Experienciam a reforma como um corte para um novo modo de vida onde não existem horários nem rotinas pré-estabelecidas. Esta transição, para um tempo onde o tempo é gerido largamente pelo próprio, é experienciada para muitos como algo doloroso, não sendo alheia a posição na hierarquia do trabalho detida no pretérito. São sintomáticas as palavras de uma enfermeira entrevistada pelo psicólogo António Fonseca: “Senhor Doutor, eu, durante os seis ou sete meses seguintes, todos os dias continuei a ir almoçar ao bar do Hospital de São João porque eu não tinha mais ninguém com quem almoçar, aquela era a minha família efetiva e, portanto, para mim ter-me reformado significava não só ter deixado o emprego, mas significava também ter deixado tudo resto, porque era ali que eu fazia a minha vida toda, de manhã à noite” (2009, p. 159). Relativamente à reflexão feita por António Fonseca, nomeadamente quando se reporta às

perdas – as perdas das rotinas, a perda dos amigos, a perda dos colegas de trabalho, as perdas dos hábitos –, nós, que compartilhamos desta reflexão, acrescentamos o seguinte: este acontecimento do *curso de vida* é acompanhado por uma metamorfose identitária, onde o poder do pretérito, o poder advindo da profissão anteriormente exercida se esvai, obviamente nos limites da respetiva biografia. É no olhar do outro que refletimos a nossa inserção no mundo e, quando esse olhar nos desvaloriza, reescrevemos dolorosamente a nossa identidade. É difícil envelhecer numa sociedade onde a esfera visual é proeminente, numa sociedade onde se ocultam as rugas, os cabelos brancos, numa sociedade *idadista* relativamente aos mais velhos. O *idadismo* só pode florescer quando existe uma auto-categorização e uma hetero-categorização das pessoas de idade avançada como sendo aquelas que detêm um estatuto social mais baixo na “hierarquia” das segmentações pela idade.

É visível uma permanente tensão e até mesmo uma certa dislexia pública em torno do fenómeno do envelhecimento e da velhice. Evidenciamos a prevalência de estereótipos *idadistas* que associam a velhice a dependência, falta de autonomia, doença, institucionalização e uma desconsideração da sua heterogeneidade (de género, por exemplo). Por outro lado, notamos um discurso político internacional e nacional veiculado pelos *media* que induz a estereotipia positiva, plasmada no conceito de Envelhecimento Ativo que quer manter os idosos na participação cívica, política e económica o mais possível. Exemplo dessa tensão são as incongruências nos próprios discursos no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (AEEASG).

Existem diferentes formas de envelhecer, individualmente, e, principalmente, diferentes formas de encarar a velhice. No entanto, vemos frequentemente correlacionado na história a visão da velhice associada ao desgaste, às perdas e às doenças. Essa correlação tem sido questionada, na atualidade, uma vez que diversas experiências de envelhecimento “bem-sucedido” têm sido retratadas como, por exemplo, nos grupos de convivência e universidades da terceira idade.

Parece-nos, assim, teoricamente relevante compreender como é representada a velhice, já que a auto e a hetero-categorização se refletem na identidade induzindo o agir. A representação da velhice é uma concepção que se plasma na identidade das pessoas idosas enquanto elementos da sociedade e na sua própria percepção enquanto grupo.

Estudo: “Para si a velhice faz-lhe lembrar”

Objetivámos mapear as representações da velhice a partir de uma amostra de utentes e de cuidadores/as formais de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) – Centro Paroquial de Bem-Estar Social de Almalaguês. Este centro fornece duas respostas sociais dirigidas à população idosa: o “Centro de Dia” e o “Serviço de Apoio Domiciliário”. A presente investigação focou-se nos utentes do “Centro de Dia”, resposta no âmbito do apoio social desenvolvida em equipamento que consiste, segundo o Despacho conjunto n.º 407/98, na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar. Este equipamento está sediado numa freguesia rural do Concelho de Coimbra com uma população residente, à data dos censos 2011, de 3111 habitantes dos quais 760 (24%) são pessoas idosas ([65-74]=438; ≥ 75)=322). Utilizou-se como critério para inclusão dos utentes no estudo a ausência de deterioração cognitiva e a idade (≥ 65 anos). Relativamente aos cuidadores/as formais, o critério foi a sua proximidade funcional à população idosa. Após a obtenção da autorização para a administração dos instrumentos de inquirição na instituição, foram efetuados procedimentos diferentes para inquirir as pessoas idosas e os cuidadores/as formais. As pessoas idosas foram

inquiridos individualmente. Esta opção metodológica deveu-se ao facto dos utentes da resposta social de centro de dia apresentarem baixo nível de escolaridade. Em relação aos técnicos optámos pela autoadministração. Utilizámos como estímulo indutor “Para si velhice faz-lhe lembrar...”. Os instrumentos utilizados para a recolha dos dados foram o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e o Questionário. A hipótese que formulámos é a de que a representação da velhice, sendo uma construção social, traduz uma conceptualização negativa induzida pela consciência coletiva da sociedade marcadamente caracterizada por uma ideia do envelhecimento enquanto figuração do fim da vida ativa.

Após a recolha dos dados organizámos as evocações que emergiram a partir do estímulo indutor “Para si velhice faz-lhe lembrar...” em dois dicionários: um para os utentes e um outro para os cuidadores formais. As evocações referidas livremente pelos participantes foram submetidas a alguns agrupamentos, tendo-se optado por organizar todas as evocações por campos semânticos. Convertimos todas as evocações que emergiram sob a forma de expressão verbal ou substantivo a uma forma adjetiva singular, sempre que esse procedimento se mostrou exequível. Eliminámos as evocações que, apesar de não serem por nós considerámos idiosincrasias, evidenciaram reduzida frequência.

Resultados

No que concerne às características sociodemográficas dos utentes da IPSS investigada, constata-se que a sua média de idades é de 76 anos ($DP=10,4$) aproximando-se esta idade da esperança de vida à nascença do ano de 2011 que é de 79,8.

As pessoas idosas inquiridas são predominantemente do sexo feminino (76% *versus* 24%). Estes resultados vão ao encontro das estatísticas nacionais que referem uma feminização da população idosa. É nas idades mais avançadas que as relações de masculinidade desequilibradas se acentuam com vantagem numérica para as mulheres (Daniel, 2010). A diferença entre sexos, como expectável, é estatisticamente significativa ($\chi^2=6,76$; $p=0,009$).

Constatámos que a maioria da população inquirida (60%) é viúva, predominando a viuvez feminina. Estes resultados eram expectáveis na medida em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) ao longo dos tempos, nas suas publicações “Estatísticas Demográficas”, tem dado conta deste fenómeno. Segundo o INE, no ano de 2011 em Portugal foram contabilizados 45 592 casamentos dissolvidos por morte do cônjuge, originando 13 442 viúvos e 32 150 viúvas. “A viuvez afeta sobretudo as mulheres devido à sobremortalidade masculina. A taxa bruta de viuvez das mulheres, naquele ano, foi mais do dobro da dos homens (2,7 por mil homens e 5,8 por mil mulheres)” (INE, 2013, p. 117). Existe, nos dados recolhidos, diferença estaticamente significativa entre as categorias que compõe o estado civil ($\chi^2=18,36$; $p<0,001$).

No que diz respeito às habilitações literárias, o grau máximo de ensino obtido pelos inquiridos que frequentam o centro de dia foi o ensino básico primário com 56%; os restantes inquiridos não possuem grau de ensino (44%). Desta forma, não são detetadas diferenças estaticamente significativa entre estas duas categorias que compõem as habilitações literárias ($\chi^2=0,36$; $p<0,549$). Se analisarmos os resultados definitivos do XV Recenseamento Geral da População, Censos de 2011, verificamos que, relativamente à população sem nível de escolaridade, o peso das pessoas com 65 anos ou mais anos de idade é de 46%. Se analisarmos essa mesma percentagem a partir do género, diríamos que o analfabetismo tanto na nossa amostra como na população portuguesa tem género e é feminino (71,9% *versus* 28,1%).

Quando questionados sobre o motivo que os levou a inscreverem-se nesta resposta social, a dependência/doença surge como o motivo reportado com maior frequência (48,6%), seguido da solidão (37,8%). São, contudo, assinaladas diferenças estatisticamente significativas entre as categorias que compõe esta variável ($\chi^2=34,8$; $p<0,001$). Estes resultados podem ser compreendidos se se analisarem os objetivos para que esta resposta social foi criada nos finais dos anos 60 do século passado. Considerada a meio caminho entre o domicílio e o internamento, esta resposta desenvolvida em equipamento aberto assegura “a prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no meio sócio-familiar. Esta resposta social (...) presta apoio psicossocial e fomenta as relações interpessoais a fim de evitar o isolamento” (MTSS, 2009, p. 12).

Relativamente aos funcionários constata-se que a sua média de idades se situa nos 42 anos ($DP=10,4$). Destacamos que a presente investigação permitiu ainda apurar que os funcionários do Centro de Dia são maioritariamente do sexo feminino. É interessante verificar que a presença feminina na prática e na assistência do cuidar tem raízes históricas que se perpetuam nas profissões (92,6% versus 7,4%). Os funcionários/as são maioritariamente casados/as (77,8%), existindo diferenças estatísticas entre as categorias ($\chi^2=18,36$; $p<0,001$).

Constata-se que a categoria modal das habilitações dos funcionários é o ensino superior (33,%) e que não existem diferenças entre as categorias habilitacionais ($\chi^2=1,296$; $p=0,730$).

No que concerne à análise dos resultados provenientes do dicionário “Para si Velhice faz-lhe lembrar...” as evocações modais, nos funcionários, são a “solidão” (24%), uma evocação negativa com uma identidade social ligada à ausência de rede. Segue-se a “doença” uma evocação negativa ligada à perda de saúde e a “plenitude de vida” evocação ambivalente se a sua significação se situar na “vida plena” ou em “plena de vida”. Ambas as evocações registam 12% (Figura 1).

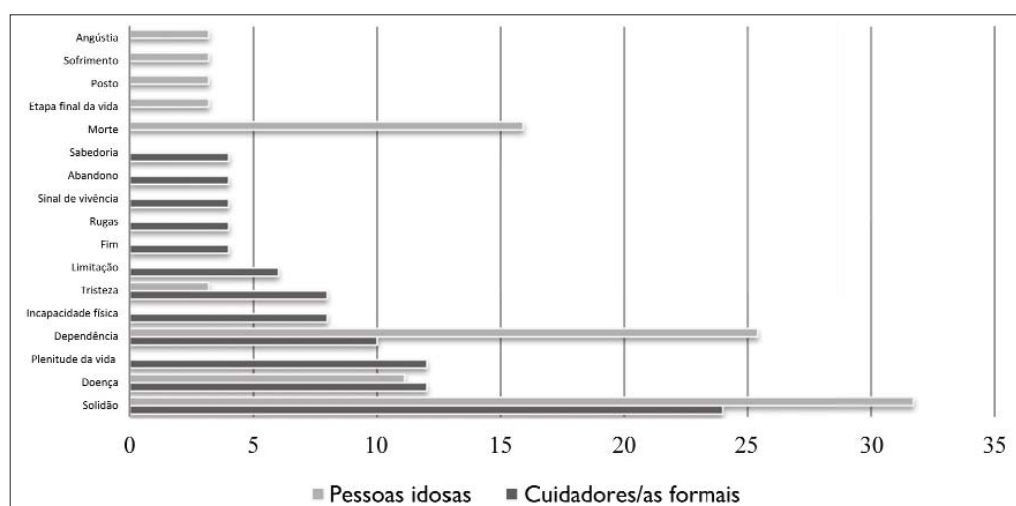


Figura 1. Atributos mencionados nos dicionários (%)

A análise do mesmo estímulo indutor no dicionário dos utentes/clientes da IPSS permite-nos afirmar que a evocação modal é, também, a “solidão” logo de seguida de “doença”, “dependência” e “morte” – evocações de claro conteúdo negativo.

Nas evocações comuns a ambos os dicionários surgem “solidão”, “doença”, “dependência” e “tristeza”. Destas evocações, a mais partilhada é a solidão que é modal a ambos os dicionários. É

consabido que os indivíduos tendem a vivenciar maior número de perdas à medida que a idade avança. As perdas geracionais, a par da menor energia tanto para ativar como para manter ativos os vínculos da rede, diminuem nas idades avançadas verificando-se, normalmente, uma contração da rede. Estes fatores com efeito cumulativos podem prever maiores níveis de solidão (Figura 2).

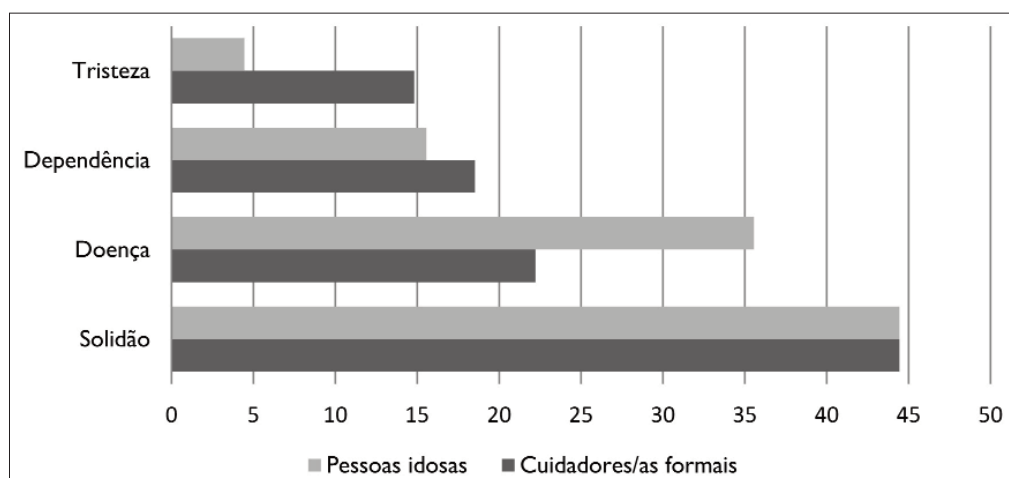


Figura 2. Atributos comuns (%)

Além da “solidão”, as evocações que aparecem com maior frequência são “dependência” e “doença”, surgindo contudo em ordem inversa nos dicionários. Não obstante os progressos da evolução na ciência, verifica-se que existe uma grande probabilidade que o aumento da esperança média de vida acarrete períodos mais longos de incapacidade e dependência para a população de idade avançada. Segundo o relatório “Global Health and Aging”, chancelado pela World Health Organization, à medida que se envelhece as doenças não-transmissíveis assumem preponderância nos países com maior rendimento: “In 2008, noncommunicable diseases accounted for an estimated 86 percent of the burden of disease in high-income countries, 65 percent in middle-income countries, and a surprising 37 percent in low-income countries” (2011, p. 10). Ainda segundo mesmo relatório, “[O]ver the next 10 to 15 years, people in every world region will suffer more death and disability from such noncommunicable diseases as heart disease, cancer, and diabetes than from infectious and parasitic diseases” (2011, pp. 9-10).

A pluripatologia inerente à velhice é também um dos problemas associados às idades avançadas: “o idoso português tem em média 5,6 patologias e consome sete medicamentos por dia entre prescritos, naturais ou não convencionais (Machado, 2009, p. 128). A quarta e última evocação é “tristeza” que surge como correlato provável da própria quotidianidade. “O velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar a ser homem. O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer. O mundo fica erizado de ameaças, de ciladas” (Bosi, 1983, p. 37). Além de perder a sua força de trabalho, sente-se um pária (Bosi, 1983). Constatamos que todos os atributos comuns a ambos os dicionários apresentam conotação negativa.

Já no que concerne aos atributos exclusivos nos dicionários das pessoas idosas e dos cuidadores/as formais, verificamos que há um maior campo semântico quando comparamos os atributos exclusivos dos funcionários (oito palavras diferentes) com o dos idosos (cinco palavras diferentes). Facto que não será alheio às habilitações literárias destas duas amostras (Figura 3).

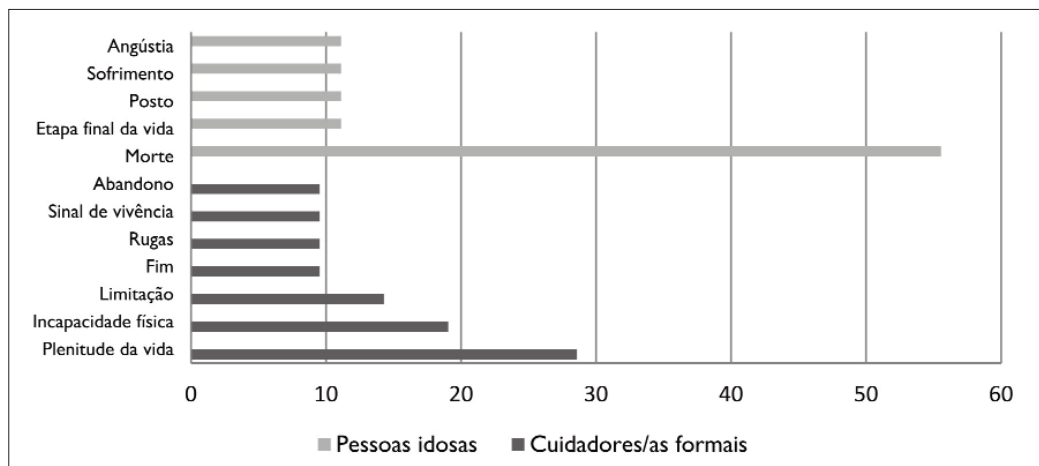


Figura 3. Atributos exclusivos por grupo (%)

Os inquiridos fazem referência a dois atributos: “plenitude da vida” e “morte”. Os cuidadores/as formais representam a velhice como a plenitude da vida, enquanto as pessoas idosas como morte. Duas evocações que poderão remeter ao mesmo campo representacional se a significação da plenitude de vida se associar à vida completa.

Conclusões

Os resultados do estudo desenvolvido revelam que as palavras mais evocadas por ambos os grupos foram solidão, doença e dependência. O trabalho empírico permite-nos afirmar que a velhice é associada a atributos de cariz avaliativo negativo que se encontram cristalizados no tempo. “A sociedade industrial é maléfica para a velhice” (Bosi, 1983, p. 36). Consideramos, no entanto, que as mudanças sociais que estão a ocorrer na sociedade, com consequências na esfera individual, ainda não se repercutem na representação das velhices. Os resultados encontrados levam-nos a afirmar que as características das pessoas idosas sob resposta social poderão ter um efeito homogeneizante na representação estereotipada do envelhecimento.

Se analisarmos as características do sistema (in)formal português, verificamos que o Centro de Dia é uma resposta de interseção, desenhada para potenciar o relacionamento, entre a rede de suporte informal e formal, retardando a institucionalização permanente. É, assim, uma “alternativa” viável para quem apesar dos limites ou não da sua rede social pessoal não quer, ou não pode, recorrer à institucionalização. Os motivos elencados pelos nossos inquiridos para recorrerem a esta resposta são ilustrativos. A dependência/doença surge como primeira opção. Por este facto, este *locus* poderá ser representado como antecâmaras da institucionalização principalmente quando os utentes que os frequentam apresentam rácios de dependência elevados, mimetizando a representação das pessoas idosas de instituições de longa permanência (Araújo, Coutinho, & Santos, 2006). Recordemos que quase 50% dos inquiridos invocaram a dependência/doença como motivo para recorrem a esta resposta.

A idade da reforma é, geralmente, um rótulo que se traduz numa diminuição da atividade e, conseqüentemente, no abandono de um conjunto de direitos que atualmente assistem os cidadãos da sociedade contemporânea. Neste sentido, é urgente o estudo das práticas da vida quotidiana

para perspetivar subsequentemente os recursos que devem ser ativados para desmontar as representações sociais das velhices. É nossa convicção que as alterações socioculturais e as melhorias verificadas na qualidade de vida, a par da nova narrativa discursiva do envelhecimento (produtivo, saudável, bem-sucedido, positivo e ativo), podem vir a metamorfosear o campo representacional da palavra “velhice”.

Nas sociedades contemporâneas, a idade da reforma tem coincidido com o o início da velhice. Esta nova fase traduz-se pela diminuição da atividade e, conseqüentemente, no abandono de um conjunto de papéis socialmente valorizados. “Reposicionar o idoso no conjunto do sistema de relações intergeracionais constitui um imperativo democrático e um desafio político que as sociedades envelhecidas enfrentam” (Cabral, Ferreira, Silva, Jerónimo, & Marques, 2013, p. 12). É urgente, por isso, refletir nas idades da vida que estão permeadas por normatizações que limitam a promoção do bem-estar dos mais velhos para que desta forma alteremos conjuntamente o campo representacional das velhices.

Referências

- Aboim, S. (2010). Cronologias da vida privada. In J. Machado & V. Ferreira (Orgs.), *Tempos e transições da vida: Portugal ao espelho da Europa* (pp. 107-148). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Araújo, L., Coutinho, M., & Santos, M. (2006). O idoso nas instituições gerontológicas: Um estudo na perspectiva das representações sociais. *Psicologia & Sociedade, 18*, 89-98.
- Bauman, Z. (2000). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (1997). *Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bessin, M. (1994). La police des âges entre rigidite et flexibilité temporelles – Première partie: La “chronologisation” du cours de vie. *Temporalistes, 27*, 8-13.
- Bosi, E. (1983). *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (2ª ed.). São Paulo: T. A. Queiroz, Editor.
- Butler, R. (1969). Ageism: Another form of Bigotry. *The Gerontologist, 9*, 243-245.
- Cabral, M. V., Ferreira, P. M., Silva, P. A., Jerónimo, P., & Marques, T. (2013). *Processos de envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Coutinho, M., Krawulski, E., & Soares, D. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: Repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade, 19*, 29-37.
- Daniel, F. (2006). O conceito de velhice em transformação. *Revista Interações, 10*, 113-121.
- Daniel, F. (2010). Sete mulheres para cada homem: Uma análise de relações de masculinidade. *População e Sociedade, 19*, 157-167. Porto: Edições Afrontamento.
- Daniel, F. (2011). *A reforma – Oração de sapiência*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Durkheim, É. (1964). *The rules of sociological method*. New York: The Free Press of Glenco.
- Fernandes, A. A. (1997). *Velhice e sociedade*. Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, A. A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social. *Sociologia: Problemas e Práticas, 36*, 39-50. Lisboa: CIES e Oeiras: Celta Editora.

- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- Hall, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Halbwachs, M. (1935). La nuptialité en France depuis la guerre. *Annales Sociologiques*, E(1), 1-45. Acedido março 5, 2015, em http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/classes_morphologie/partie_3/texte_3_4/nuptialite_france.pdf
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2013). *Estatísticas demográficas 2011*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, IP.
- Lenoir, R. (1998). Objecto social e problema social. In P. Champagne, R. Lenoir, D. Merllié, & L. Pinto (Orgs.), *Iniciação à prática sociológica* (pp. 59-106). Petrópolis: Vozes.
- Lima, M. (2010). *Envelhecimento(s)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Machado, M. C. (2009). Envelhecimento e políticas de saúde. In Fundação Calouste Gulbenkian (Org.), *O tempo da vida* (pp. 125-133). Cascais: Princípiã.
- Minois, G. (1999). *História da velhice no ocidente*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Moragas, R. M. (2003, outubro). *Relações intergerações nas sociedades contemporâneas*. Congresso Internacional Coeducação de Gerações (SESC), São Paulo.
- MTSS. (2009). *A dependência: O apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Lisboa: GEP-CID.
- Palacios, A. (2004, outubro). *Velhice, palavra quase proibida; terceira idade, expressão quase hegemônica: Apontamentos sobre o conceito de mudança discursiva na publicidade brasileira*. Comunicação apresentada no XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (APL), Lisboa.
- Ribeiro, A., & Sousa, L. (2008). Imagens da velhice e do envelhecimento em médicos, enfermeiros e técnicos de serviço social. *Revista Transdisciplinar de Gerontologia*, 2, 22-38.
- World Health Organization. (2011). *Global health and aging*. Acedido março 5, 2015, em http://www.who.int/ageing/publications/global_health

This study analyses the representations of old age from a sample of elderly and formal caregivers. The instruments used in the collection of data were the Survey Questionnaire and the Free Association Test words. The working hypothesis formulated is that the representation of elderly, being a social construction, reflects a negative conceptualization induced by the collective consciousness of society significantly characterized by a negative perception of old age while figuring the end of active life. Consistent with our hypothesis, the results reveal the prevalence of negative stereotyping of ageism associating old age, in both groups investigated, to the attributes of negative evaluative nature including loneliness, illness and dependence. The verified social representations will not be foreign to the corporate model that is harmful to old age, which rejects what is old (Bosi, 1983). However, it is our belief that the improvements in quality of life, along with the new ageing discursive narrative (productive, healthy, successful, positive, active), are likely to metamorphose the representational field of “old age” easing the its negative charge.

Key words: Socialization, Social representations, Elderly, Ageism.

Submissão: 03/11/2014

Aceitação: 10/03/2015

